

QUANDO A RELIGIÃO SE TORNA QUESTÃO DE SEGURANÇA (?): INFERÊNCIAS SOBRE O USO DA RELIGIÃO COMO ESTRATAGEMA PARA O TERROR

Patrícia Simone do Prado¹

Resumo: O terrorismo não é um evento novo, mas desde o 11 de setembro de 2001, sem dúvida, tornou-se um assunto em que a atenção foi redobrada gerando mudanças reais na vida dos indivíduos e um aumento significativo em investimentos na área de segurança. Apesar de ser um fenômeno conhecido a maneira de lidar ou caracterizar o terrorismo ainda é complexa, pois não há consenso sobre o termo, assim, a securitização do tema, que é construída pelo discurso, dependerá de quem o produz e como é produzido esse discurso a fim de alcançar efetividade e legitimidade – a chamada “Guerra contra o terror” é um bom exemplo, pois, conseguiu se estabelecer tanto na agenda doméstica quanto na internacional. Na luta pela permanência e legitimidade de um discurso, atores periféricos como a mídia, serão essenciais para a propagação do mesmo, o que pode gerar muitos problemas, pois além da falta de conhecimento sobre determinados assuntos a mídia pode ser tendenciosa revelando muitas vezes não a “verdade”, mas o que se deseja ser a “verdade”. Nesse jogo discursivo conceitos e categorias são recriados contribuindo para a construção de estereótipos e a manipulação de ideias sobre determinados grupos e/ou pessoas. No que tange as ações atuais de cunho terroristas esses estereótipos em grande parte, para não dizer sempre, carregam a marca de uma determinada religião: a islâmica. Dentro deste contexto, cabe-nos a questão: se grande parte dos atos terroristas parecem ser empregados por atores que seguem e utilizam determinado tipo de discurso religioso para legitimar suas ações, deve a religião ser um assunto de segurança? A presente comunicação tem como objetivo verificar o uso da religião como estratégia para o terror e analisar, a partir de um enfoque teórico-analítico, como essa deve ser categorizada dentro dos estudos de segurança internacional.

Palavras-Chave: Segurança, Religião, Islã.

Contextualizando o tema

Para que um assunto seja securitizado é preciso que se encontrem três elementos no mesmo, a saber: deve ser considerada uma ameaça existencial, ser uma situação de emergência e ser possível à aplicação de quebra de regras. Apresentando estes três elementos o assunto passa a ser de segurança e uma vez categorizado como tal torna-se prioridade na agenda política de um Estado.

Importante ressaltar que a ameaça nem sempre é real, mas antes é construída em um processo discursivo. Por exemplo, os eventos do 11 de setembro foi uma ação real, mas a

¹ Doutoranda em Relações Internacionais - PUC Minas, Especialista e Mestre em Ciências da Religião – PUC Minas. Bolsista CAPES. . ppsprado@hotmail.com

forma como o evento foi decodificado e repassado a opinião pública foi construído de forma a soar como uma ameaça de proporção global. Ao dizer que os ataques produziram uma nova ordem mundial e que o perigo era eminente, houve uma valorização muito maior do que realmente o evento era - no mundo há tragédias iguais ou maiores que as que ocorreram nesse dia e nem por isso são vistas ou tidas como questão de segurança.

Percebe-se, então, que a efetividade do discurso sobre segurança depende de quem o produz e onde é produzido, o que significa dizer que Estados fortes e líderes produzem discursos mais poderosos e efetivos que Estados em desenvolvimento, mesmo que esses discursos sejam uma farsaⁱ.

Na luta pela permanência e legitimidade de um discurso, atores periféricos, como a mídia, serão essenciais para a propagação do mesmo, o que pode gerar muitos problemas, pois além da falta de conhecimento sobre determinados assuntos, a mídia pode – e porque não dizer, é- tendenciosa - revelando muitas vezes não a verdade, mas o que se deseja ser a verdade. Um exemplo foi o ocorrido na Revolução Iraniana em 1979. Diante de um evento onde o discurso religioso fortalecia o ideal da revolução, a mídia não sabia como nomear e assim chamou de fundamentalismoⁱⁱ o movimento que estava a ocorrer.

E desta forma, a partir da manipulação dos conceitos, que categorias vão sendo recriadas e estereótipos são construídos. No que tange as ações atuais de cunho terroristas esses estereótipos, em grande parte, para não dizer sempre, carrega a marca de uma determinada religião: a islâmica. Então, cabe uma pergunta: se grande parte dos atos terroristas são empregados por atores que seguem e utilizam do discurso religioso para legitimar suas ações, deve à religião ser um assunto de segurança?

Mas, antes de dizer se a religião é ou não um assunto de segurança, é preciso compreender o que é religião e como lidar com esse fenômeno que se fundamenta no privado, mas que tem repercussão no público também. Isso é essencial quando se pensa que a religião pode ser considerada uma instituição primária e como tal, influencia diretamente a política externa e doméstica.

No caso do Islã, que será a religião a ser analisada neste trabalho, a questão torna-se mais complexa, pois para o muçulmano a religião (*din*) é um sistema que rege toda a vida, pública e privada, do fiel. É mais que uma forma de viver a vida, é um modo de vida. O Islã como sistema religioso forja um tipo de identidade onde a vida como um todo se submete aos seus preceitos.

Desta forma, os papéis sociais desenvolvidos pelos seus seguidores serão antes regidos pela religião inferindo assim, que, o Islã, como um tipo de sistema, molda uma determinada

identidade que é religiosa e ao mesmo tempo social. Mas como pensar essa identidade dentro da diversidade interpretativa da tradição? Se o Islã, como sistema religioso consegue manter-se e forjar uma identidade apesar da diversidade étnica que o permeia, pode-se dizer o mesmo quando a questão da diferença está na construção teológica e ideológica? As divisões internas contribuem para a riqueza da pluralidade no sistema e o avanço da mensagem universal ou os divide, separa, estigmatiza?

Pontuar as diferenças que constitui essa colcha de retalhos formada por diversas vertentes espalhadas pelos 5 continentes do mundo é um dos primeiros exercícios a ser feito quando se estuda uma religião como a islâmica. Quando a mídia diz “terrorismo islâmico”, “fundamentalismo islâmico” de qual Islã está a se falar? E de qual ponto do mundo está a se falar? O Islã praticado na Índia dos Talibans pode ser analisado da mesma forma que o Islã compreendido e vivido na Palestina do Hamas? É suficiente dizer das vertentes apenas?

A separação dos grupos bem como sua localização estará ligada a outra questão: a secularização destes espaços e a forma como essa sociedade vivencia esse processo que muda toda a dinâmica social. Processo típico da sociedade moderna ocidental, a secularização carrega marcas que a torna identificável em uma sociedade, a saber: a separação entre Estado e Igreja; a dessacralização e o ateísmo. Essas três marcas que se referem a etapas de um desenvolvimento do pensamento secular levam a compreensão de que, a modernidade é o útero desse fenômeno chamado secularização.

Na contramão da secularização há o surgimento de pequenos grupos que se organizam e identificam dentro de suas necessidades sociais-existenciais. Desencantados com o mundo e com as promessas que a secularização não conseguiu cumprir, estes grupos reagem de forma saudosistas e reorganizam seus paradigmas em fundamentos separatistas e quase sempre radicais. E é nesse contexto de perda de sentido e reorganização da identidade que os fundamentalismos ressurgem dando lugar e legitimidade a radicalizações e ao terror.

2. O que dizem as teorias sobre tudo isso?

Quando as luzes do tempo histórico começaram a iluminar a racionalidade humana as metanarrativas perderam seu espaço para a ciência moderna. Antes, guiados pelos ditames das grandes religiões, nesse tempo, o tempo moderno, o homem torna-se senhor de suas escolhas. A contemporaneidade chama a independência do homem, desse homem moderno que não precisa mais das tragédias míticas para guiá-lo ao porvir, pois se outrora o medo do inferno o levava de encontro ao Sagrado agora ele vê no rosto do outro o próprio inferno, como já dizia Sartre.

Qualquer que possa ter sido a situação do passado, *hoje*, nas sociedades modernas, o sobrenatural, como realidade cheia de sentido, está ausente ou distante dos horizontes da vida cotidiana de grande número de pessoas, o mais provável da maioria, que parece dar um jeito de viver bastante bem sem ele. Isto significa que aqueles para quem o sobrenatural é ainda, ou de novo, uma realidade cheia de sentido, encontram-se numa situação de minoria mais precisamente de uma *minoria cognitiva*. (BERGER, 1973, p.19).

Mas, tal ciência não nasceu para dar resposta a todas as questões, como outrora os “deuses” das grandes metanarrativas faziam, e uma das consequências desta proposta de uma racionalização do pensamento, de uma teorização sobre o homem e a sociedade, da busca pela autonomia, foi a do vazio existencial no homem moderno. Danièle Hervieu-Lérger (2008, p.40) diz que “[...] segregando sua própria utopia matriz, a modernidade produziu também um universo de incertezas. A dinâmica de seu avanço implica que ela suscite continuamente sua própria crise, esse efeito de vazio social e cultural produzido pela mudança é sentido como uma ameaça pelos indivíduos e pelos grupos”.

E é nesse cenário de incertezas e riscos que a religião, que muitos anunciaram sua morte com o advento da modernidade, faz ouvir seu brado nos discursos produzidos pelos desencantados com o mundo. O Sagrado, assim, retorna como possuidor de respostas ou no mínimo de esperança para uma realidade futura, pois.

[...] a modernidade tende a solapar as certezas com as quais as pessoas conviveram ao longo da história. É uma situação desconfortável, intolerável para muitos, e os movimentos religiosos que prometem certezas são atraentes. [...] uma visão puramente secular da realidade encontra seu principal lugar social numa cultura de elite, a qual previsivelmente, influencia muitas pessoas que não são membros dessa elite (inquietantemente em especial quando seus filhos são submetidos a uma educação que ignora ou mesmo atenta diretamente contra suas crenças e valores). Os movimentos religiosos com uma tendência fortemente anti-secular podem atrair pessoas com ressentimento originados às vezes em motivações claramente não-religiosas. (BERGER, 2001, p.17).

Assim, a religião tende a responder não apenas as dúvida do além vida, mas acima de tudo as demandas desta vida. Produto de uma comunidade de fé, a religião como fenômeno social tende a ocupar lugares de agentes como o Estado revelando assim um desafio, pois.

[...] a religião contribui para a imposição (dissimulada) dos princípios de estruturação da percepção e do pensamento do mundo e, em particular, do mundo social, na medida em que impõe um sistema de práticas e de representações cuja estrutura objetivamente funda-se em um princípio de divisão política apresenta-se como a estrutura natural-sobrenatural do cosmos. (BOURDIEU, 1982, p.35).

Se um dos objetivos do projeto da secularização era separar as questões do Estado da religião, o que se percebe é que o fechamento de alguns indivíduos em seu discurso de fé fez surgir uma força contrária, um contradiscurso à secularização que pode ser traduzida nos fundamentalismos e radicalismos. E assim, a religião retorna a arena pública desafiando o pensar que se direciona a encontrar uma forma de atuar em um assunto considerado privado, mas que tem implicações diretas nos assuntos domésticos e até nos internacionais.

Mas o que toda essa discussão sobre modernidade, religião e secularização têm a ver com Relações Internacionais e especificamente com Segurança Internacional? Mona Kanwal Sheikh (2012, p.373, tradução nossa), em seu artigo *How does religion matter? Pathways to religion in International Relations* aborda, entre outros temas, a questão da segurança e religião. Para ela, os estudos de RI devem trabalhar a religião a partir de três análises: a religião como comunidade de crença; religião como poder e religião como discurso (ou ato de fala). Segundo Sheikh, a religião é ainda uma área pouco discutida nos estudos de RI e deve se quebrar esse silêncio a fim de compreender o mundo e suas transformações.

Aspectos substanciais da religião são relevantes para RI na medida em que de alguma forma afetam as questões centrais da disciplina, que é o comportamento do Estado e as políticas externas, as condições de paz, ordem e segurança, e não menos importante, o início da guerra. Em uma análise relacionada com a religião os focos podem ser múltiplos e pode variar de um interesse no comportamento dos atores políticos individuais, sobre o estado, a movimentos transnacionais. Assim religião é importante para RI na medida em que pode ser relacionada com o comportamento social para estas diferentes níveis de análisesⁱⁱⁱ.

1500

Segundo Jonathan Fox, citado por Sheikh (p.374, 2012) a religião pode influenciar de três formas a política externa de um Estado: 1- através das crenças individuais dos atores; 2- ao criticar ou legitimar as ações e/o comportamento do governo; 3- quando transforma questões domésticas em questões internacionais (ex. a questão palestina ou do surgimento de grupos radicais fundamentos em discursos religiosos como o do ISIS).

Desta forma faz-se urgente compreender não apenas se a religião deve ser considerada uma questão de segurança internacional, mas acima de tudo, como se deve agir diante de atores que são sociais, mas atuam muitas vezes como agentes políticos que se legitimam em discursos de fé. Um dos desafios ao trabalhar religião no âmbito das Relações Internacionais é o do terrorismo que já começa com a nomeação: existe realmente um terrorismo religioso?

Antes de dizer se existe ou não é preciso tentar dizer o que é terrorismo, é utiliza-se aqui a palavra *tentar*, pois uma das questões, onde não existe consenso, é sobre sua definição. Crenshaw (2010, p.27) diz que ,

O terrorismo é um conceito contestado. Seu uso é em geral subjetivo e pejorativo, empregado com o sentido de condenar um adversário. Não é fácil usar esse termo e entendê-lo de maneira objetiva. Por isso, tem sido difícil chegar a um acordo internacional sobre sua definição. Desde que o assunto começou a ser discutido em 1973, e apesar da aprovação de 12 convenções antiterrorismo, as Nações Unidas ainda não se decidiram sobre uma definição oficial. Como o “Relatório de Alto Nível” do painel convocado pelo secretário-geral em 2004 explicitou, a primeira discordância está concentrada na dúvida de se o termo pode ser aplicado somente para atores não estatais. Deveriam os Estados também ser considerados “terroristas” quando suas forças armadas ou serviço de segurança atacam civis deliberadamente, ou não? Um segundo problema está ligado às justificativas morais para o uso da violência. Deveria o uso da violência por parte de um movimento de resistência que confronta uma ocupação estrangeira ser categorizado como terrorismo?

Eugênio Diniz (2002, p.1) chama a atenção para a necessidade de uma definição sobre o termo, mesmo que isso seja difícil. Para ele a definição se faz necessária, pois é a partir dela que se pode propor atuações. Esta definição “deve [...] fornecer critérios que nos permitam inclusive avaliar a plausibilidade da designação de um ou outro ator como terrorista, funcionando também como uma maneira de analisar criticamente discursos enviesados”.

Diniz (2002, p. 14) abre mais essa discussão ao dizer que o emprego do terrorismo pode vir de atores não estatais e estatais. Para ele, saber quem emprega não interfere na definição, pois, “o tipo de autor não pertence à definição;”, mas antes, a questão central é quando se poderá dizer que um ato do Estado, por exemplo, foi um ato terrorista.

Yehezkel Dror especialista israelense em análise de políticas governamentais ao falar sobre terrorismo compreende-o como um fato raro, de difícil entendimento e previsão. Uma de suas críticas, quanto à falta de estudos sobre o fenômeno, recai sobre as ciências sociológicas. Para ele

[...] essa ignorância [sobre o terrorismo] resulta principalmente da situação das ciências sociais, que não conta com arcabouços de avaliação, mapas cognitivos, pacotes de conceitos e metodologia para entender fenômenos complexos que não podem ser entendidos pela decomposição em subelementos mais fáceis se serem analisados. Nossa geração, como as anteriores, está assoberbada por eventos que não conseguimos entender adequadamente com os modos de pensar e modelos tácitos contemporâneos”. (YEHEZKEL apud CRENSHAW, 2010, p.58).

O terrorismo não é algo novo nem dos tempos modernos; tem como característica o emprego do terror para fins políticos. Em suas ações os alvos são escolhidos de forma muitas vezes aleatória, pois o interesse é deixar uma mensagem que induza um determinado comportamento nos atores a quem deseja diminuir a força. É um fenômeno social e que tem como alvo o coletivo e não o indivíduo. [...] do ponto de vista dos terroristas o importante é tornar o efeito (o atentado) conhecido na população que se pretende aterrorizar, e não utilizar meios de comunicação de massa. (DINIZ, 2002, p.15).

Para Lutz & Lutz ([20-], p.291, tradução nossa) o terrorismo,

[...] era um problema muito antes dos atentados de 11 de Setembro. O terrorismo pode ser visto como um problema a ser resolvido por meios militares (guerra ao terrorismo) por meio de técnicas normais de polícia (terrorismo como crime), ou como problema médico com as causas e sintomas (terrorismo subjacentes como doença). Como o terrorismo é visto ajudará a determinar as políticas que serão adotadas pelos governos para lidar com o terrorismo^{iv}.

Lutz & Lutz ([20-], p.305, tradução nossa) vê o terrorismo como técnica de difícil combate. Para esses autores as medidas de segurança a serem empregadas sobre tais grupos devem se pautar na flexibilidade e alternância de técnicas por parte das forças do governo. Isso significa que, para cada situação, lugar, grupo a segurança deve ser pensada de forma contextualizada.

Proporcionar segurança contra o terrorismo não será fácil. Há muitas metas para a proteção total, e os terroristas têm a vantagem de serem capazes de escolher os alvos que não são defendidos. Nenhuma contramedida deve derrotar o terrorismo. O terrorismo tem multifacetada causas, especialmente porque é uma técnica que está disponível para muitos grupos diferentes. O sucesso do contraterrorismo contra um grupo não garante automaticamente a vitória contra os grupos em outros lugares. Grupos vêm de origens diferentes, têm diferentes tipos de apoio, e busca objetivos diferentes. Nestas circunstâncias, seria surpreendente se houvesse uma contramedida que sempre funcione. Em alguns casos, os métodos normais de polícia será bem sucedida. Tratar o terrorismo como crime, por exemplo, é bastante apropriado quando terroristas ligados com os cartéis de drogas^v.

Percebe-se, assim, que faz-se urgente compreender este fenômeno e diante disso surgem algumas questões: o que deve ser securitizado ? Como avaliar algo? A partir de quais referenciais? O que se deve securitizar no caso do terrorismo: os que fazem o terror ou a ideologia que supostamente embalaria o terror, no caso, a ideologia religiosa islâmica?

3. Aplicando a teoria

Como a questão da securitização depende do ator que a securitiza, Buzan (apud BUZAN, 2012, p.323-324) diz que

A maneira de estudar securitização é estudar o discurso e as constelações políticas: quando um argumento dentro desta estrutura retórica e semiótica específica atinge um efeito suficiente para fazer um público tolerar violações de regras que, de outro modo, deveriam ser obedecidas? Se, por meio de um argumento acerca da prioridade e da urgência de uma ameaça existencial, o ator securitizante conseguiu se libertar dos procedimentos ou regras aos quais ele ou ela deveria estar vinculado (a) estamos testemunhando um caso de securitização.

O terrorismo tornou-se um caso de segurança local e internacional. Desde o 11 de setembro de 2001 uma guerra contra o terror foi declarada e milhões de dólares foram investidos. O balanço desta guerra reflete um déficit que se verifica nas baixas de civis e militares além dos inúmeros problemas gerados pelas invasões a Estados constituídos.

A “guerra ao terrorismo” é a mais ampla campanha contra-terrorista da história e o conflito mais importante desde a queda do Muro de Berlim. [...] A “guerra ao terrorismo” é mais do que apenas uma fase passageira da política externa americana, é, na verdade, o mais profundo dos conflitos desde a guerra fria e já deixou uma marca indelével em ambas as relações internacionais e as políticas internas da maioria dos países. Seus efeitos são horizontal e vertical, penetrando para fora para outros estados e na política doméstica. Seus impactos podem ser vistos claramente em segurança, policiamento, a política externa, o processo legislativo, a imigração, comércio bancário, turismo, mídia, raça, relações, cultura popular, educação, saúde e esporte - para citar apenas alguns. Claramente, nenhum país ou povo pode ficar imune a seus efeitos. é extremamente importante que entendamos uma profunda transformação das interações globais como, se não por outra razão que, para que possamos manter algum controle sobre seus resultados potenciais. (JACKSON, 2005, p. 3, tradução nossa).^{vi}

A segurança que fora pensada e executada para essa questão não tem surtido muito efeito. Com regiões cada vez mais desestabilizada cresce o número de grupos insurgentes que utilizando-se do discurso religioso organizam-se em grupos que fragmentam-se dentro de uma radicalidade sem proporções. O ISIL ou ISIS (Estado Islâmico do Iraque e Levante) é um desses exemplos. Então, qual seria a solução para que a segurança seja de fato efetiva? Se a questão encontra-se, também, na interpretação da ideologia religiosa que é feita de forma a legitimar as ações terroristas, como agir sobre este ponto, ou seja, é possível securitizar a religião?

Como um fenômeno construído socialmente e que diz respeito à escolha privada de cada indivíduo, trabalhar a securitização da religião não é algo simples e fácil. Além disso, por agregar distintas identidades e ao mesmo tempo reconstruir novas identidades, a religião tem um papel preponderante na reconstrução imagética de um mundo ideal, entrando em conflito assim, com a realidade muitas vezes excludente em que muitos de seus adeptos vivem.

[...] os leigos não esperam da religião apenas justificações de existir capazes de livrá-los da angústia existencial da contingência e da solidão, da miséria biológica, da doença, do sofrimento ou da morte. Contam com ela para que lhes forneça justificações de existir em uma posição social determinada, em suma de existir como de fato existem, ou seja, com todas as propriedades que lhe são socialmente inerentes.. (BOURDIEU, 1982, p.48)

Percebe-se assim, que a religião atua de forma direta no mundo social, pois, como portadora não apenas de crenças subjetivas, mas ideológicas também, seu papel frente à política de um Estado é incontestável. Fenômeno relegado à vida privada, o discurso religioso atua como agente político que faz ponte entre o imanente e o transcendente. Deus ou o Sagrado legitima as ações e o seu reino é implantado quando seus guerreiros tomam a frente na batalha cósmica entre o bem e o mal, travada nesta vida, mas com recompensas, também, no porvir.

É desafiante pensar segurança a partir de um elemento de fé que se encontra ligado à liberdade de escolha do indivíduo, mas se o discurso produzido por aqueles que propõem a securitização de um tema adjetivam as ações a partir de uma determinada crença então se faz urgente compreender se é possível, necessário e viável securitizar a religião. Para tanto, é preciso separar o elemento de fé do elemento político, ou seja, nomear de forma correta os seus atores e ações.

Não é possível pensar em combate ao terrorismo sem pensar em uma rede de cooperação entre os Estados que objetivem a troca de conhecimento e estratégias, além de investimento financeiro. Nesse sentido, é preciso pensar essa rede mais no sentido de complexo de segurança que se formaria na ideia de regionalização. “A regionalização da segurança parece ser a tendência do futuro” afirma Kolodej (1995, p. 326).

O que se percebe, dentro da discussão até aqui empreendida, é que o projeto da secularização pode ser entendido como um tipo de securitização da religião. Um bom exemplo para se pensar essa proposta seria o caso da França e sua lei de proibição do uso do véu em espaços públicos. O caso francês revela que a securitização da religião acontece nas dimensões da religião e não na religião propriamente dita. O véu, como símbolo de uma determinada tradição e de uma interpretação desta tradição carrega toda uma carga ideológica e ao proibir

seu uso pretende-se, também, minimizar ou quem sabe, excluir tal discurso que ocorre no nível simbólico.

O problema é que o processo da secularização não se dá de forma natural, pois as sociedades plurais são formadas por identidades étnicas distintas que muitas vezes encontram na preservação da tradição o elo com sua cultura de origem. Os contextos e aplicabilidades da secularização devem ser distintos e requer uma aplicação particular, ou seja, a proibição do uso de determinado tipo de véu é possível em uma França de maioria ocidental, mas tal projeto seria mais complexo se fosse aplicado em uma sociedade de maioria muçulmana como fora tentado pelo Xá Reza Pahlevi no Irã em 1962^{vii}.

a população local em países de maioria muçulmana muitas vezes percebem a invasão das instituições do Estado na sua vida diária como sendo muito mais perturbadora do que o de tentativas islâmicas formuladas na ordem da governança social e política. . A fim de entender o que o islamismo representa para o muçulmano médio nas regiões centrais do mundo muçulmano, é crucial primeiro identificar o desafio criado pelas instituições do Estado nessas políticas. [...] A formação de uma identidade islâmica é um processo inter-relacional que resulta na produção de muitos hibridismos que refletem as interações sociais, políticas e culturais complexos que saem nas comunidades muçulmanas^{viii}. (VOLPI, 2011,p.10)

1505

Como visto, um dos problemas que a secularização pode gerar é o surgimento de um contra-discurso que surge nos distintos fundamentalismos e radicalismos, o que nos leva a inferir, que não está na religião a questão de segurança, mas nos movimentos que se utilizam do discurso religioso para legitimar suas ações dentre elas a terrorista.

Apesar disso, ainda assim, o projeto da secularização pode ser um caminho na busca pela securitização em um Estado plural, mas levanta outra questão: e em países não plurais qual poderia ser o caminho a se seguir? Em lugares como Iraque, Palestina, entre outros, onde o mundo tende a analisar primeiro como questão religiosa, como tratar o terrorismo sem ter como foco a religião?

Uma possível resposta estaria em ir de encontro ao ponto que legitima e fortalece tais movimentos, ou seja, nas demandas sociais através de políticas como as de peacebuilding /peacemaking (caso a paz ainda precise ser restabelecida antes de aplicar o peacebuilding). Para tanto é preciso rever a atuação das ações empregadas pelos PKO's bem como uma preparação a fim se evitar o máximo o chamado choque cultural.

A mudança na tradição é algo inevitável e até esperado, pois a identidade não é algo fixo e encontra-se em constante processo de readaptação/manutenção. Logo, o uso de PKO's como estratégia contra a estrutura que promove o terror é menos agressivo, no que tange a

mudança de paradigmas ou identidade cultural, que a proposta feita pela secularização. Com os PKO's a comunidade local pode e deve ser chamada a reconstrução.

Em suma, se o discurso da guerra contra ao terrorismo tem um propósito político como Richard Jackson (2005) denuncia, e se o terrorismo é uma estratégia que visa desestruturar o campo político, então, é no campo da política que se deve vencer essa disputa. Contudo, é preciso estar atento ao uso do discurso religioso como arma política, pois determinadas tradições não separaram e não separarão política da religião. Desta forma, faz-se urgente compreender não apenas o modo de operação de determinados grupos, mas também o que alimenta e fortalece esses grupos a fim de propor estratégias que resolvam o problema sem gerar novos problemas, como o da *Islamofobia*, ou o fortalecimento do próprio terror.

Referências Bibliográficas:

BERGER, Peter Ludwig. A suposta morte do sobrenatural. In: _ **Um rumor de anjos: a sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural**. Petrópolis: Vozes, 1973. p.13-45.

BERGER, Peter Ludwig. **A. dessecularização do mundo: uma visão global**. Rio de Janeiro: Religião e Sociedade, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas**. Trad. Sérgio Micelli. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1982.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. Ampliando e aprofundando a segurança. In: _ **A evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. Trad. Flávio Lira. São Paulo: Ed. UNESP, 2012. p.287-341

CRENSHAW, Martha. O terrorismo visto como problema de segurança internacional. In: HERZ, Mônica; AMARAL, Arthur Bernardes do (Org.). **Terrorismo e relações internacionais: perspectivas e desafios par o século XXI**. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Edições Loyola, 2010. p.25-46.

COGGIOLA, Osvaldo. **A revolução iraniana**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

DINIZ, Eugenio. Compreendendo o fenômeno do terrorismo. Disponível em : <http://pt.scribd.com/doc/132111103/7259139-Diniz-Do-o-Fenomeno-Do-Terrorismo>.

HERVIEU-LÈGER, Danièle. A religião despedaçada: reflexões prévias sobre a modernidade religiosa. In: _ **O peregrino e o convertido: a religião em movimento**. Trad.: João Batista Kreuch. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 31-56

JACKSON, Richard. **Writing the war on terrorism: language, politics and counter-terrorism**. Manchester : New York, Manchester University Press, 2005.

KOLODZIEJ, Edward A. A segurança Internacional depois da Guerra Fria: da Globalização à regionalização. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, vol. 17, n.2, jul/dez 95. p.313-349.

LUTZ, Brenda. LUTZ, James. Terrorism. In: COLLINS, Alan. **Contemporary security studies**. Oxford, [20-], p. 290-310

PIERUCCI, Antônio Flávio. Fundamentalismo e integrismo: os nomes e as coisas. In: PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença**. São Paulo: USP, Curso de pós-graduação em Sociologia: Ed.34, 1999. p.177-200.

SHEIKH, Mona Kanwal. How does religion matter? Pathways to religion in International Relations. **Review of International Studies**. Vol. 38. April 2012. p.365-392.

VOLPI, Frédéric. Introduction. In: _ **Political Islam: a critical reader**. London : Routledge, 2011.

i Sobre a acusação de uso de armas químicas na Síria e armas de destruição no Iraque que não foram provadas a veracidade , ver em http://port.pravda.ru/cplp/brasil/15-06-2013/34771-eua_mentiras-0/

ii Segundo Pierucci (1999, p.177-178) o termo fundamentalismo começou a ser aplicado ao Islã em 1979 com a Revolução Iraniana. “A confusão terminológica veio a tona quando o aiatolá Khomeini derrubou o Xá. [...] Para desafio das classificações correntes na mídia e nas ciências sociais, o clero tomara poder político central de um país estratégico do Oriente Médio, e além disto, para apertar ainda mais na peculiaridade, eram clérigos. intransigentes [...] as categorias ocidentais correntes no comentário político não conseguiam dizer bem o que era aquilo que a muitos de nós parecia um enorme retrocesso”.

iii Substantial aspects of religion are relevant for IR insofar as they somehow affect the core issues of the discipline, that is state behaviour and foreign policies, the conditions of peace, order and security, and not least the outbreak of war. In a religion-related analysis the foci can be multiple and may range from an interest in the behaviour of individual political actors, over the state, to transnational movements. Thus religion is important for IR insofar as it can be related to the social behaviour at these different levels of analyses.

iv [...] was a problem long before the 11 september attacks. Terrorism can be viewed as a problem to be resolved by military means (war on terrorism) by normal police techniques (terrorism as crime), or as medical problem with underlying causes and symptoms (terrorism as disease. How terrorism is viewed will help to determine which policies governments will adopt to deal with terrorism.

v Providing security against terrorism will not be easy. There are too many targets for total protection, and terrorists have the advantage of being able to choose the targets that are not defended. No one countermeasure will defeat terrorism. It has multifaceted causes, especially since terrorism is a technique that is available to many different groups. Counterterrorism successes against one group will not automatically guarantee victory against groups elsewhere. Groups come from different backgrounds, have different kinds of support, and seek different objectives. Under these circumstances it would be amazing if there was one countermeasure that would always work. In some cases, normal police methods will be successful. Treating terrorism as crime, for exemplo, is quite appropriate when terrorists have linked up with drug cartels.

vi " The 'War on Terrorism' is the most extensive counter-terrorist campaign in history and the most important conflict since the fall of the Berlin Wall. [...] the 'war on terrorism' is more than just a passing phase of American foreign policy; it is actually the most profound conflict since the cold war and it has already made an indelible mark on both international relations and the domestic politics of most countries. Its effects are horizontal and vertical, penetrating outwards towards other states and inwards into the belly of domestic politics. Its impacts can be clearly seen in security, policing, foreign policy, the legislative process, immigration, banking, travel, the media, race, relations, popular culture, education, health and sport - to name just a few. Clearly, no country or people can remain immune from its effects. It is vitally important that we understand such a profound transformation of global interactions, if for no other reason than so we can retain some control over its potential outcomes.

vii “Em outubro de 1962 , o gabinete do governo do xá aprovaria um projeto de lei para os conselhos das cidades e províncias. O projeto era laico e ‘pluralista’. O xá proibiu o uso do véu pelas mulheres, fazendo que muitas delas, desacostumadas com tal situação, vivessem confinadas em casa.” (COGGIOLA, 2007,p.45).

viii the local population in Muslim-majority countries has often perceived the intrusion of the institutions of the state in their daily life to be far more disruptive than of Islamic-phrased attempts at social and political governance. In order to make sense of what Islamism represents for the average Muslim in the core regions of the Muslim world, it is crucial to first identify the challenge created by the institutions of the state in those politics. [...] The formation of an Islamist identity is an interrelational process that results in the production of many hybridis which reflect the complex social, political and cultural interactions existing in contemporary Muslim communities